



## DÁDIVA E UTILITARISMO NAS POLÍTICAS CULTURAIS\*

Alexandre Fernandes Corrêa\*\*

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

[alexandre.correa@pq.cnpq.br](mailto:alexandre.correa@pq.cnpq.br)

**RESUMO:** Reflexão sobre a preservação dos patrimônios culturais e das memórias sociais na atualidade. Análise crítica das políticas do patrimônio cultural e natural na sociedade brasileira contemporânea, através de aproximações teóricas com outras disciplinas, numa perspectiva transdisciplinar. O ponto crítico da abordagem recairá sobre as possibilidades heurísticas da teoria da dádiva desenvolvida por Marcel Mauss, em contraponto ao utilitarismo predominante nas políticas culturais contemporâneas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória Social – Patrimônio Cultural – Ciência Social – Cultura Popular

**ABSTRACT:** Reflection on the preservation of the cultural patrimonies and the social memories in the present time. Critical analysis of the politics of the cultural and natural patrimony in the Brazilian society contemporary, through theoretical approaches with others you discipline, in a complex perspective. The critical point of the approach will be on the heuristic possibilities of the theory of gift developed by Marcel Mauss, in contrast to utilitarianism prevalent in contemporary cultural politics.

**KEYWORDS:** Social Memory – Cultural Heritage – Social Science – Popular Culture

### ABERTURA

A exclusiva fatalidade, a única tara que pode afligir um grupo humano e impedi-lo de realizar plenamente a sua natureza, é estar só.

Lévi-Strauss. **Raça e História**. 1951

---

\* Versões desse texto foram apresentadas no **Encontro Nacional do Grupo de Trabalho Patrimônios e Museus da ABA**, realizado entre os dias 25 e 28 de Maio de 2010, na cidade de Recife, e no **SIMPÓSIO ESPECIAL VII: Em Torno da Defesa do Patrimônio Cultural**, ocorrido na 27ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de agosto de 2010, Belém, Pará, Brasil.

\*\* Professor Associado II Antropologia, Dep. de Sociologia e Antropologia/UFMA e membro Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCult/UFMA). Crisol: [www.crisol-gpec.com.br](http://www.crisol-gpec.com.br)

Esse texto é o resultado de reflexões realizadas a partir do trabalho de pesquisa e extensão universitária realizado junto às comunidades do bairro do Desterro, Praia Grande e Portinho, logradouros situados no centro urbano antigo da cidade de São Luís do Maranhão, tombada desde 1974 pelo IPHAN e inscrita na Lista do Patrimônio Cultural da Humanidade (UNESCO) em 1997<sup>1</sup>. Tal foi o campo empírico privilegiado a partir do qual a reflexão foi elaborada, contudo observações feitas em outras cidades e centros urbanos antigos do País serviram de base comparativa, alargando o alcance das interpretações e ideias sugeridas.

No ambiente de trabalho de pesquisa e extensão, além do ensino teórico, realizamos uma espécie de escavação ‘arqueológica’ dos processos de conservação, preservação e promoção sociocultural dos acervos arquitetônicos e históricos em sítios urbanos inscritos no Livro do Tombo do IPHAN. A partir dos anos de 1990, e logo após a defesa da tese de doutorado (2001), intensificamos a pesquisa e a prospecção dos valores e dos sentidos da patrimonialização nesses espaços sociais hoje tão concorridos. Como se sabe, investimentos socioeconômicos de larga monta estão sendo alocados nessas áreas urbanas, antes abandonadas, destacando-se os programas Monumenta/BID, PRODETUR e mais, recentemente, o PAC-Cidades Históricas/2010.

Nossas reflexões, portanto, refletem os embates e enfrentamentos teóricos e práticos ocorridos nesses espaços sociais cada vez mais disputados na sociedade contemporânea. Para reconhecer o campo empírico e desenvolver estudos adequados sobre a realidade local, nos movimentamos no sentido de estudar primeiramente a história e geografia da região de São Luís. Seguimos a reflexão teórica e epistemológica problematizando conceitos canônicos que serviram como pontos de partida inicial, tais: nação, região, etnia, cultura, etc. Conceitos canônicos que no decorrer da pesquisa precisaram passar por “reformulação”, no sentido de

[...] processo de transformação intra-científico em função do qual uma prática científica constituída revê, total ou parcialmente, os seus

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada com o apoio do CNPq; Projeto de Pesquisa: **TEATRO DAS MEMÓRIAS E DO PATRIMÔNIO BIOCULTURAL**: Pesquisa antropológica na região metropolitana de São Luís. Edital MCT/CNPq 14/2008 - Universal - Faixa A. Processo: 470333/2008-1. UFMA/CONSEPE: Resolução nº. 463/2006 – 31.05.2006.

axiomas fundamentais. Esta reformulação, mesmo de ‘total’, não anula os axiomas revistos, mas atribui-lhes um novo lugar na economia da teoria em causa.<sup>2</sup>

Outra dimensão crítica emergiu do campo empírico, com a chegada do tempo da elaboração reflexiva, isto é, superado o momento romântico – fonte inspiradora dos trabalhos com os estudantes e com a comunidade – diversos embates e conflitos políticos surgidos no espaço social pesquisado, constituíram-se em verdadeiros ‘obstáculos epistemológicos’, isto é, quando “qualquer elemento ou processo extra-científico que, *intervindo no interior de uma prática científica*, trava, impede ou desvirtua a produção de conhecimentos”.<sup>3</sup> Por conseguinte, esse texto é um dos resultados do trabalho político e crítico que foi preciso realizar; e é com alegria que agora apresentamos algumas palavras sobre esse processo de produção de conhecimento.

A articulação entre a crítica dos conceitos e a elaboração política resultou, entretanto, na complexificação do processo investigatório, para além do academismo e das pretensões universitárias. Os pesquisadores se viram aí numa encruzilhada não prevista, repercutindo esses embates nos textos, nas avaliações e nas revisões, apresentados em diversas comunicações, palestras e reflexões sobre esse tema<sup>4</sup>. Esse

---

<sup>2</sup> CASTELLS, Manuel; IPOLA, Emilio. **Prática epistemológica e ciências sociais**. Porto: Afrontamento, 1978, p. 20.

<sup>3</sup> CASTELLS, Manuel; IPOLA, Emilio. **Prática epistemológica e ciências sociais**. Porto: Afrontamento, 1978, p. 20.

<sup>4</sup> Cf. CORRÊA, Alexandre F. O labirinto dos significantes na cultura barroca. **Psicanálise & Barroco em Revista** v.7, n. 2, dez. 2009, p. 12-34.

Disponível em: <http://www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista/revistas/14/P&Brev14Correa.pdf>

Id. **Festim barroco**: ensaio de culturálise da festa de N. S. Prazeres nos Montes Guararapes/PE. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Cultural), 1993, EDUFMA, UFPe, São Luís/MA, EDUFMA, 2009. 136 p. Disponível em: <http://www.eufma.ufma.br/x/livros/9788578620462.pdf>

Id. **Patrimônios Bioculturais**: ensaios de antropologia do patrimônio cultural e da memória social. São Luís: EDUFMA/Núcleo de Humanidades, 2008.

Id. **Museu mefistofélico**. São Luís: EDUFMA, 2009.

Id. Teatro das memórias e das heranças bioculturais: ação cultural entre o passado e o futuro. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2009. Vol. 6, Ano VI, n. 4.

Disponível em: [http://www.revistafenix.pro.br/PDF21/ARTIGO\\_01\\_Alexandre\\_Fernandes\\_Correa.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF21/ARTIGO_01_Alexandre_Fernandes_Correa.pdf)

Id. Teatro das Memórias: entre o passado e o futuro. **Revista Pasos**. Universidad de La Laguna (Espanha). Vol. 8 n. 2, 2010, p. 363-373.

Disponível em: [http://www.pasosonline.org/Publicados/8210/PS0210\\_09.pdf](http://www.pasosonline.org/Publicados/8210/PS0210_09.pdf)

texto não poderia deixar de refletir esse processo; e nessa oportunidade, do trabalho escrito e reflexivo, podemos avançar na análise mais aprofundada.

Como foi adiantado, o espaço social do patrimônio está hoje repleto de interesses diversos e divergentes, espelhando e refletindo as ações dos diferentes agentes em embate e em confronto. A riqueza desse cenário político-cultural se tornou muito estimulante: aos interesses econômicos avançados, somam-se interesses ingênuos e românticos, atravessados por subjetividades, ditas ‘pós-modernas’, contaminadas e abaladas pelos fluxos da globalização e da mundialização; num processo acelerado que testemunhamos vivamente<sup>5</sup>. Nostalgia e romantismo misturam-se aos interesses econômicos sofisticados e complexos, que fogem ao esclarecimento dos agentes presos ao cotidiano de suas ações. Só um olhar crítico, clínico e distanciado pode atingir significados mais profundos. Contudo, o olhar crítico, clínico e distanciado, causa todo tipo de desconfortos, tanto aos pesquisadores, como nos pesquisados e nos agentes institucionais da ação patrimonial. Desconfortos que produzem a escusa da reflexão, em nome de uma suposta urgência e emergência de ações de salvaguarda – merecedoras de ser avaliadas no mérito e valor, antes de serem implementadas sem qualquer rigor teórico, crítico ou científico. É o reino dos corações afetados e apaixonados, inebriados pelo passado romantizado, reino das boas intenções de coração, dos iluminados e encantados pela boa ação sagrada e sacralizada pela missão de salvar o passado a todo custo.

Tal mentalidade difundida ideologicamente por uma retórica narcísica e auto-ilusória produz ‘obstáculos epistemológicos’ resistentes; tensões irrefletidas surgem entre a reflexão teórica necessária e a pressa de salvaguardar acervos e bens ‘forjados’<sup>6</sup> a ‘toque de caixa’: bens e acervos ‘inventados’ para aplacar a angústia irrefletida do luto

---

<sup>5</sup> Colocando a ‘subjetividade’ numa perspectiva transdisciplinar, cito o psicanalista Paulo Sternick: “essa subjetividade recebe o influxo da ideologia neoliberal, fruto do hipercapitalismo globalizado, que explodiu as amarras da cultura moderna, enfraqueceu os limites e detonou a rede de valores, regulamentos e instituições até então vigentes”. (STERNICK, Paulo. Qual psicanálise para as crises financeiras? **Revista Inteligência**, 2010, p. 78). Disponível em:

< <http://www.insightnet.com.br/inteligencia/49/PDFs/06.pdf> >

<sup>6</sup> Termo recorrente em dissertações, teses e discursos dos agentes de ação patrimonial e cultural.

antecipado pelos fantasmas da perda dos signos identitários e simbólicos. Há um consenso generalizado, que propaga a idéia de que é preciso ‘salvar tudo’ a todo custo; o que paradoxalmente só vem ativar e promover, agora numa velocidade sem precedentes, a destruição e solapamento dos bens e acervos que estão agora correndo os riscos reais de desaparecimento.

Nossa hipótese heterodoxa é a seguinte: contaminados por excessos na dramaticidade da destruição implacável do passado, corações e mentes preservacionistas, sem realizar a reflexão crítica necessária – e presos à emergência de sua ação missionária – não percebem que sua própria ‘ação’, acrítica e irrefletida, é o próprio agente da destruição e erosão cultural que acusam alhures.

Diante tal percepção, é o momento de começarmos o trabalho de análise e fazer a crítica ao consenso e a ‘precessão da simulação’ da preservação<sup>7</sup>. Encena-se a pretendida ‘preservação’ em práticas e rituais controlados e premeditados pelos agentes da ‘preservação’. A retórica poderosa da ‘perda do passado’, pela intensificação das forças históricas de transformação sociais e econômicas, ajudam a promover e a intensificar uma vertigem da mudança a todo instante. Uma equação silogística se estabelece: a) nossa sociedade é a da mudança, b) o passado é testemunho do que fomos; c) logo, deve ser preservado, pois é a ‘prova’/documento ainda viva/o de que não somos mais aqueles que fomos. A lógica que nos domina é: somos modernos! e para sustentar ‘isso’ precisamos das provas concretas e visíveis de que somos mutantes e, ironicamente agora, ‘pós’modernos. Porém, como é produzido o efeito vertiginoso, e ilusionista, d’isso? Providenciando a criação de parques temáticos do passado: os ‘sítios históricos’ nos centros urbanos antigos.

Para nós, tais efeitos têm um sentido metafórico próximo ao efeito do *trompe l’oeil*<sup>8</sup>! Como se sabe, esses sítios tornaram-se locais privilegiados de investimentos

---

<sup>7</sup> Cf. BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulações**. Lisboa: Relógio d’Água, 1991.

Id. **A troca simbólica e a morte**. São Paulo: Loyola, 1996.

<sup>8</sup> *Trompe-l’oeil* é uma técnica artística que, com truques de perspectiva, cria uma ilusão óptica que mostre objetos ou formas que não existem realmente. Provém de uma expressão em língua francesa que significa *engana o olho* e é usada principalmente em pintura ou arquitetura.

vultosos de agências de hotelaria e turismo; além de empreiteiras de restauração civil. Há, então, uma combinação paradoxal e contraditória de interesses aparentemente antagônicos; os dos pesquisadores e preservacionistas de um lado (aparente-ilusório) [pólo romântico]; e de outro, o dos agentes das indústrias hoteleiras, turísticas e dos seus respectivos bancos de investimento [pólo capitalístico]. Assim, temos, numa equação um tanto paradoxal, a consagração da chamada ‘privatização da cultura’<sup>9</sup>.

As implicações dessa constatação são múltiplas, mas para efeito de economia desse texto, considerando tempo-espaço, vamos escolher um tema específico que sintetiza como um ‘fato social total’<sup>10</sup> o processo multideterminado de fatores implicados nesses espaços sociais objeto de patrimonialização ativa e constante, nas últimas décadas. O foco dessa análise será o nosso olhar sobre a cultura popular e o folclore<sup>11</sup>. Através do clássico texto de Marcel Mauss, **Ensaio sobre a Dádiva** [1925 (2007)], tentaremos fazer um exercício crítico a luz de suas contribuições reflexivas e morais; contidas nesse texto fundador; como ele mesmo indica: ao encontro das ‘rochas’ dos assuntos humanos<sup>12</sup>.

---

<sup>9</sup> Como lembra Paulo Sternick: “Foucault (2008) observa que no neoliberalismo [...] há uma generalização ilimitada da ‘forma econômica do mercado’, que provoca efeitos em todo corpo social, para além do econômico” (STERNICK, Paulo. Qual psicanálise para as crises financeiras? **Revista Inteligência**, 2010, p. 79). Disponível em:

< <http://www.insightnet.com.br/inteligencia/49/PDFs/06.pdf> >

<sup>10</sup> MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naif, 2007.

<sup>11</sup> Um paralelo interessante ocorre entre os agentes e técnicos das secretarias de agricultura da região amazônica, estudadas por Manuela Carneiro da Cunha e apresentada na Conferência de abertura da 27ª RBA de Belém. Semelhante aos agentes de cultura, os técnicos agrícolas tentam impor uma ‘modernização’ racionalizadora das práticas e conhecimentos ‘tradicionais’, solapando o alcance verdadeiramente ‘preservacionista’ de políticas de salvaguarda, que respeitassem as singularidades culturais.

<sup>12</sup> “Il s’inscrit en cela dans les traces d’un anthropologue qui s’appelait Marcel Mauss [...] qui est resté célèbre pour un essai qu’il a écrit en 1923-24 et qui s’intitule l’*Essai sur le don*. Autrement dit, le don est anti-utilitaire: la relation donatiste s’institue contre l’intérêt, ce qui ne signifie pas que des intérêts ne soient pas en jeu. Le don est une relation cruciale pour Mauss [et le MAUSS], car le don est le « roc » des affaires humaines, comme le dit Mauss : c’est par lui – la triple obligation de donner, recevoir et rendre - que nous transformons nos ennemis en amis, tissons des alliances durables, et qu’une histoire commune peut commencer à s’écrire, pour le meilleur ou pour le pire!” (SYLVAIN Dzimira. **Une vision du paradigme du don: Don, juste milieu et prudence**. Disponível em: <http://www.revuedumauss.com.fr/media/Paradigmedudon.pdf>.) Acesso em: 16/07/2010.



A partir dessa referência canônica nos aproximaremos de autores contemporâneos que também seguem essa perspectiva teórica, na crítica ao utilitarismo economicista dominante nas práticas culturais e artísticas: período dominado pelo que se convencionou chamar de ‘privatização da cultura’. Nesse trabalho crítico vamos testar o alcance da nossa hipótese, dita heterodoxa, exposta mais acima no texto de abertura.

## LÓGICA ECONOMICISTA DO MERCADO CULTURAL

Entre nossas preocupações mais marcantes está a ascensão de um modo específico de imposição da lógica mercantil, no espaço social do patrimônio cultural e do artesanato popular e tradicional. Trata-se da submissão à idéia de que é preciso ‘modernizar’ as práticas de produção cultural e artística, para que elas assim possam, depois de adequadas a essa lógica do mercado, entrar na ordem do consumo, completando o circuito dominante: o consumo como prática cultural.<sup>13</sup> O interessante a observar é a difusão da crença de que essa é uma necessidade inevitável e inexorável, devendo ser seguida pelos agentes culturais e patrimoniais, qual seja: como condição para entrar no ‘mercado cultural’ avançado, promissor e próspero.

Essa ideologia poderosa se sustenta na idéia conformista de que estamos no estágio do capitalismo em que a ‘virada cultural’<sup>14</sup> triunfou, apontando para uma necessária adequação dos produtores e criadores de arte e cultura a essa ‘nova lógica’<sup>15</sup>;

---

<sup>13</sup> NOVA, Luiz Henrique Sá da. Da cultura como mercadoria, ao consumo como prática cultural. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**. FACOM/UFBA. vol. 1 (1), 2007.

<sup>14</sup> JAMESON, Fredric. **A cultura do dinheiro**. Rio de Janeiro: Vozes. 2001.

Id. **A virada cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006.

<sup>15</sup> Até uma ou duas décadas atrás o sistema produção-natureza (a relação produtiva exploratória do homem com a natureza e com seus recursos) era percebido como uma constante, enquanto todos tratavam de imaginar diferentes formas de organização social da produção e do comércio (o fascismo ou o comunismo, como alternativas ao capitalismo liberal); hoje, como assinalou Fredric Jameson, [...] ninguém mais considera seriamente as possíveis alternativas ao capitalismo, enquanto a imaginação popular é assombrada pelas visões do futuro ‘colapso da natureza’, da eliminação de toda a vida sobre a Terra. Parece mais fácil imaginar o ‘fim do mundo’ que uma mudança muito mais modesta no modo de produção, como se o capitalismo liberal fosse o ‘real’ que de algum modo

reificada sem nenhuma reflexão crítica e analítica. É paradoxal vermos agentes de cultura e patrimônio defendendo que para as formas de cultura e arte popular, ou tradicional, sobreviverem, é preciso que se adéquem a essa lógica modernizadora. Sob pena de desaparecer aquele signo do passado em perigo – que só pode ‘sobreviver’ se se ‘modernizar’. Trata-se de uma ameaça com requintes de extorso, restando como única saída a aceitação e a submissão a essa lógica. Há um consenso perigoso nessa dominante cultural. Acusam quem não compartilha dessa concepção apocalíptica, de ‘puristas’ e ‘inocentes’!

Nossa inquietação reside nesse ponto: ao assumirem como inevitável e de modo acrítico a ‘nova cultura’ do ‘novo capitalismo’<sup>16</sup>, tanto no plano da produção material econômico-social como no plano moral e subjetivo, os agentes culturais e patrimoniais ‘pós-modernos’ se esquecem que o que define sua prática de salvaguarda é exatamente o fato de que esses bens culturais denotam e significam ‘outra’ forma de pensar a ‘produção cultural e artística’, popular e tradicional. Esse ‘outro’, passa ser negado duas vezes – primeiro na prática de rejeição pela ordem cultural burguesa historicamente dominante; segundo, pelos agentes culturais e patrimoniais atuais, seduzidos por aquela ‘nova’ ideologia. Dessa forma, encontramos numa encruzilhada, ou armadilha, aparentemente incontornável e irremediável<sup>17</sup>.

O que consideramos grave é o fato de testemunharmos o solapamento de uma reflexão relativizadora e crítica, agora patrocinada e forçada pelas agências de fomento estatal e privado, interessados no bem econômico ‘cultural e artístico’. Ao abandonar os textos críticos e a herança cultural da Sociologia e da Antropologia, em nome de um vale tudo ‘pós-moderno’, os agentes de cultura e patrimônio se entregam a um pseudo-

---

sobreviverá, mesmo na eventualidade de uma catástrofe ecológica global [...] (ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 7).

<sup>16</sup> SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

<sup>17</sup> A ‘nova cultura’ do capitalismo, nas palavras de Richard Sennet, é aquela que exige: “Uma individualidade voltada para o curto prazo, preocupada com as habilidades potenciais e disposta a abrir mão das experiências passadas [...]”. (Ibid., p. 14). Em suma, o que a cultura popular tradicional ou arcaica não é e não tem a oferecer. Eis o paradoxo da ‘modernização’ da cultura para o mercado: empreendedorismo fora de lugar.



relativismo conformista<sup>18</sup>. O apagamento da herança científica na prática dos agentes culturais e patrimoniais – testemunhável e perceptível através de análises de entrevistas, de documentos, de textos e de discursos – na verdade, revela uma crise profunda da ‘cientificidade’.

Diante tal cenário, nosso trabalho então seguiu duas dimensões, ou seja, além de recuperar a ‘alteridade’ solapada por práticas supostamente auto-intituladas de salvaguarda patrimonial, tentar reabilitar o legado cultural da própria Ciência Social! Nesse sentido, retomamos um texto seminal da cultura antropológica que, apesar de muito cultuado ritualmente no meio acadêmico, paradoxalmente é pouco usado para a reflexão crítica. Trata-se da obra prima de Marcel Mauss (2007), **O Ensaio sobre a Dádiva**, de 1925; prestes a completar 100 anos! Retomamos sob um prisma que causa vertigens na ordem subjetiva dominante, o de suas lições morais<sup>19</sup>.

Parece-nos que essa obra é lida de forma ritual e iniciatória, como um ‘rito de passagem’ para formação de etnologistas, mas muito pouco compreendida no seu plano moral e ético<sup>20</sup>. Daí essa falta de reflexão crítica profunda acerca das relações de troca, reciprocidade e dádiva, ainda existentes e persistentes na cultural popular e tradicional; mas que são ‘denegadas’<sup>21</sup> nas pesquisas ditas ‘etnográficas’. Sob a lógica cultural atual

---

<sup>18</sup> CASTORIADIS, Cornelios. **Figuras do Pensável**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

<sup>19</sup> Seguimos na direção dos trabalhos de A. Caillé (1994, 2000), quando defende que: "La pensée maussienne du don se place sous le signe de l'association et de la dissociation, au sens où il envisage les termes opposés (par nous autres Modernes bien souvent de manière dichotomique) du don dans leurs relations dialectiques". SYLVAIN Dzimira. **Une vision du paradigme du don: Don, juste milieu et prudence**. Disponível em: <http://www.revuedumauss.com.fr/media/Paradigmedudon.pdf>. Acesso em 16/07/2010.

<sup>20</sup> Nesse momento cito trecho de Mauss, Parte I da Conclusão, *Conclusões de Moral*: “Uma parte considerável de nossa moral e de nossa própria vida permanece estacionada nessa mesma atmosfera em que dádiva, obrigação e liberdade se misturam. Felizmente, nem tudo ainda é classificado exclusivamente em termos de compra e de venda. As coisas possuem ainda um valor sentimental além de seu valor venal, se é que há valores que sejam apenas desse gênero. Não temos apenas um moral de comerciantes. Restam-nos pessoas e classes que guardam ainda os costumes de outrora, e quase todos dobram-nos a eles, pelo menos em certas épocas do ano ou em determinadas ocasiões (MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naif, 2007, p. 163.).

<sup>21</sup> "A estratégia defensiva contra o que escapa ao controle racional é da ordem da 'denegação', conceito freudiano que indica a aceitação de algo na consciência para depois ser recusado". (STERNICK, Paulo. Qual psicanálise para as crises financeiras? **Revista Inteligência**, 2010, p. 85). Disponível em:

esses valores e bens se vêm em risco eminente de desaparecimento; porém, agora paradoxalmente sob as mãos dos próprios agentes que afirmam de ‘coração’ atuarem pela boa causa da salvaguarda dos valores culturais. Das duas uma: ou são inconscientes de que atuam como os próprios agentes dessa erosão; ou, como cínicos, conscientes da mais-valia simbólica e fiduciária, fingem não serem os beneficiários. Tal cenário é signo da catástrofe ética e moral dominante<sup>22</sup>.

## CRIATIVIDADE E ARTE

Nessa direção analítica, um aspecto a se enfatizar é o que trata dos riscos inerentes aos excessos da patrimonialização no País<sup>23</sup>. Tem-se notícia da aprovação de verbas no montante de 1 bilhão de reais para o PAC–Cidades Históricas. Quais as conseqüências desses investimentos no espaço social da memória e do patrimônio cultural, num cenário político-cultural e subjetivo dessa monta? É o que arriscamos indagar. Contudo, é evidente que esse montante de recursos está atrelado aos investimentos em infraestrutura de preparação do País para a realização da Copa do Mundo de 2014 e, outra parte, para as Olimpíadas de 2016. Quais os impactos desses mega-eventos na cena preservacionista brasileira?

Como a ordem dos problemas invocados é de vasta envergadura, teremos que restringir-nos a referências ligeiras, destacando alguns aspectos desse processo; deixando de lado infelizmente outros aspectos, igualmente importantes, por questão de espaço e tempo. O Grupo de Trabalho do Patrimônio e Museus da Associação Brasileira

---

< <http://www.insightnet.com.br/inteligencia/49/PDFs/06.pdf> >

<sup>22</sup> Tema que se aprofunda aqui: “O novo espírito do capitalismo”, diz Dufour “persegue um ideal de fluidez, de transparência, de circulação e renovação que não se pode conciliar com o peso histórico desses valores culturais. Nesse sentido, o adjetivo ‘liberal’ designa a condição de um homem ‘liberado’ de toda a ligação a valores. Tudo o que remete à esfera transcendente dos princípios e dos ideais, não sendo conversível em mercadorias e em serviços, se vê doravante desacreditado. Os valores (morais) não têm valor (mercadológico). Por não valerem nada, sua sobrevivência não se justifica mais num universo que se tornou integralmente mercantil. Além do mais, eles constituem uma possibilidade de resistência à propaganda publicitária, que exige, para ser plenamente eficaz, um espírito ‘livre’ de todo aprisionamento cultural.” (DUFOR, 2005, apud, STERNICK, Paulo. Qual psicanálise para as crises financeiras? *Revista Inteligência*, 2010, p. 79).

<sup>23</sup> JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. 2005.

de Antropologia está elaborando uma proposta de criação do Observatório de Políticas do Patrimônio Cultural. Portanto, estas outras questões deverão ser analisadas nesse fórum. Nesse texto, pretendemos apenas identificar temores e riscos mais precisos e pontuais, vinculados à reflexão sobre a preservação e promoção da pluralidade dos repertórios e vocabulários culturais das comunidades, evitando os isolamentos e confinamentos patrimonialistas<sup>24</sup>.

Como se sabe, a Constituição Federal do Brasil de 1988 incorpora a cidadania cultural aos direitos civis. A partir de então, os direitos culturais são invocados por diversos grupos sociais que, com sua consagração jurídica, passam a incluí-los com mais força na pauta de suas reivindicações políticas. Depois de um período de refluxo nas políticas de conservação, preservação e promoção do patrimônio cultural, em 2001, inaugura-se uma nova fase com o Decreto-Lei 3.551, que institui o programa nacional de registro do patrimônio cultural imaterial na sociedade brasileira. Com a intensificação dos fluxos de globalização tecno-econômica e mundialização cultural, desde os anos 1990, observamos os movimentos sociais buscarem nos instrumentos legais e institucionais de patrimonialização; meios de salvaguarda de possíveis perdas identitárias e territoriais. Nesse cenário testemunhamos uma crescente demanda por uma institucionalização do processo de gestão do teatro das memórias sociais, sem, todavia, ocorrer uma democratização efetiva do espaço social da memória e do patrimônio. Constatamos que se mantém nesse espaço social o domínio de grupos oligárquicos e conservadores tradicionalistas, folclorizantes e turistificadores.<sup>25</sup> Concomitante a isso se observa também uma fixação obsessiva e recalcitrante em conceitos e noções do século XIX – tais como etnia, raça, classe, gênero etc. – configurando um sistema de referência identitária anacrônica e paradoxal. Considerando estes aspectos, constatamos os riscos dos excessos da gestão do patrimônio cultural e da

---

<sup>24</sup> Mais uma vez o paralelo com a pesquisa de Manuela Carneiro da Cunha, no que tange mais especificamente as sementes de macaxeira na Amazônia, que possuem vitalidade e variedade genética garantida através da distribuição e do cultivo plural e não padronizado em vasta área geográfica amazônica. Inquietação que está elaborada tanto na Conferência já referida na nota 8, assim como no texto **O Futuro da Questão Indígena**, de 1994. (CUNHA, Manuela Carneiro da. **O futuro da questão indígena**. *Estud. av.* [online]. 1994, vol. 8, n. 20, p. 121-136.)

<sup>25</sup> CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**. São Paulo: EDUSP, 2003.

memória social sobre a arte e o imaginário artístico. A criatividade constitui um processo dialético que enlaça a dimensão simbólica e imaginária do sujeito no laço social. A memória não se configura apenas de traços mnêmicos do passado, mas interfere em ato no presente e influi nas identificações e ideais futuros; como apontava Bergson em **Matéria e Memória** (1999). Criar, ou inventar, é produzir memória nas cenas construídas a partir de um diálogo com a herança recebida, acessando repertórios múltiplos e plurais. A fixação de identidades e territórios numa gestão política cultural parece limitar o campo criativo produzindo uma repetição do mesmo, réplicas do idêntico<sup>26</sup>. Partindo de uma perspectiva transdisciplinar, indagamos: como garantir a liberdade e a criatividade da arte, num espaço social cada vez mais dominado por conceitos e noções antiquados e acríticos? De que maneira se pode garantir, por exemplo, aos movimentos jovens, como hip-hop, arte de rua e arte popular, que a salvaguarda do passado não signifique uma petrificação do imaginário artístico sob a força dos excessos da patrimonialização vigente? Parece que uma resposta política contundente a esse quadro resistente a mudanças, seja a promoção de políticas de ação cultural que invoquem a riqueza das heranças culturais e simbólicas; na direção de uma polifonia cultural efetiva e não retórica. Desse modo, talvez, encontremos uma forma de garantir uma gestão política verdadeiramente democrática do teatro das memórias sociais e naturais no país.

## DIVERSIDADE CULTURAL

É preciso dizer ainda algumas palavras sobre a questão, tão badalada, da ‘diversidade cultural’. Lembramos, rapidamente, que nossas análises partem de nossa formação em Sociologia e Antropologia, exercendo aquele tipo de profissão que o sociólogo alemão Max Weber considerava a “profissão do exagero”. Dito isso, gostaríamos de dizer que usamos como recurso didático um ‘raciocínio por tipo

---

<sup>26</sup> Além de tudo parece curiosa a possibilidade epistemológica de um ‘gestor cultural’ no sentido estrito dos termos, pois como se poderia ser ‘gestor do simbólico’? Há uma impossibilidade lógica desse projeto, apesar de todas as tentativas ideológicas de ‘dirigir’ o gerenciamento político do teatro das memórias sociais.

extremo<sup>27</sup>, para dramatizar e caricaturar, chamando a atenção para os problemas que a atualidade nos coloca no domínio da conservação, preservação e, principalmente, da promoção cultural.

Como já foi adiantado, desenvolvemos há alguns anos o Projeto de Pesquisa e de Ação Cultural, designado ‘Teatro das Memórias Sociais e dos Patrimônios Bioculturais’<sup>28</sup>, em logradouros como a Comunidade de Itaqui-Bacanga (Vila Maranhão) e no Centro Histórico (Desterro). Tentaremos fazer, a partir desse campo empírico, uma reflexão final sobre a formação dos olhares sobre as singularidades culturais plurais – numa região tão rica em diversidade cultural e natural (diversidade biocultural), que hoje está sob crescente ameaça. De nossas experiências com a extensão universitária e a ação cultural na área do patrimônio cultural e da memória social<sup>29</sup>, começamos a compreender algumas dificuldades que apareciam na formulação das prioridades do trabalho científico e político. Foi nesse caminho de tentar revelar o que estava subjacente a estas dificuldades no diálogo e na compreensão entre atores sociais de origens sociais diferentes, que surgiram as preocupações que gostaria de compartilhar. Todavia, não possuímos respostas para todos os problemas que tentamos levantar – mas, procurar colocar os problemas de forma adequada e pertinente é melhor do que ficar obcecado pela idéia de encontrar a solução imediata<sup>30</sup>.

Nesse domínio, é necessária uma reflexão científica prolongada – a despeito de vivermos numa época ansiosa por soluções fáceis e imediatas e com certa fobia em pensar e refletir de modo organizado, crítico e reflexivo. Nessa linha, perguntamos: em função das demandas pelo registro do patrimônio cultural atual, quais são as formações

---

<sup>27</sup> Como escreveu José Carlos Rodrigues: “tomar algumas tendências constatáveis nos dados da pesquisa ou na elaboração teórica e levar estas tendências até as últimas conseqüências lógicas”. (RODRIGUES, José Carlos. **Ensaio de antropologia do poder**. Rio de Janeiro: Terra Nova, 1992, p. 103).

<sup>28</sup> Blogs: <http://teatrodasmemorias.blogspot.com/> e <http://gpeculturais.blogspot.com/>

<sup>29</sup> CORRÊA, Alexandre F. Teatro das memórias sociais e dos patrimônios bioculturais: pesquisa antropológica na região metropolitana de São Luís/MA. **Projeto de Pesquisa e Extensão**. São Luís: DEPSAN/UFMA/Consepe. Resolução: 463/2006 (31.05.2006). Edital MCT/CNPQ 14/2008 Universal. Processo 470333/2008-1.)

<sup>30</sup> CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**. São Paulo: EDUSP, 2003.

subjetivas dos “registradores” da cultura popular? Nós, pesquisadores, professores, estudiosos, indivíduos formados na classe média, com visão ‘universitária’ e formados em padrões culturais hegemônicos (GRASMCI, 1982), temos condições de sermos sensíveis às diversas coordenadas temporais e espaciais dos diversos tipos culturais dos brasileiros? Quais são as bases epistemológicas da formação de nosso olhar sobre a cultura popular? De que maneira podemos evitar que nossos sistemas de valores e concepções de mundo, acabem por se impor aos valores e concepções dos ‘outros’ que nós estudamos e pretendemos ‘preservar’ na sua diferença?

São perguntas importantes, que se somam a outras, tais como: quem somos nós? Como controlar nossa subjetividade de consumidores passivos de bens culturais, que não produzem ‘cultura’ e não são membros ativos de grupos culturais e artísticos populares? Formados num tipo de olhar de espectador de TV e Cinema, muitas vezes deslumbrados e encantados com a cultura popular (‘exotismo’), somos reflexos de uma vida oposta ao mundo das manifestações artísticas populares. Somos pessoas essencialmente condicionadas pelo sistema de valores e de representações que nos formaram. Então, que marcas indeléveis deixam em nós essa origem social e cultural? Que marcas e traços de subjetividade deixam na formação de nosso olhar sobre a alteridade cultural? Essas perguntas nos conduzem à reflexão sobre o que é que estamos ‘registrando’ ou ‘preservando’ na cultura popular atual. É preciso um exame criterioso sobre essas práticas. Pois, é sob a influência dessas condicionantes que formamos ‘nosso olhar’ sobre as outras formações culturais e subjetivas.

## **ABORDAGEM INTERCULTURAL**

O avaro tem sempre medo dos presentes.  
**Hamaval.** Ensaio sobre o Dom. Mauss. 1924

Entramos, enfim, no ponto crítico crucial do texto, defendendo um princípio heterodoxo: não convém impor uma lógica mercadológica às formações culturais que



não visam o ‘lucro’<sup>31</sup>; sob pena de vê-las sucumbir, erodidas por uma lógica que lhes é estranha. Essas manifestações são ‘anti-lucro’; como a própria população afirma: são “brincadeiras”; não são “produtos”. Qual é a diferença fundamental entre “lazer” e “brincadeira”? A “brincadeira” tem um valor cultural extraordinário, tem uma raiz cultural profunda: uma verdadeira herança cultural humana ancestral<sup>32</sup>. “Lazer” e “Brincadeira” são conceitos sociológicos distintos, que foram criados em formações culturais distintas.<sup>33</sup> A Antropologia oferece diversos instrumentos e ferramentas para a compreensão dos sistemas de representação da cultura e da sociedade. Claude Lévi-Strauss no seu livro **Antropologia Estrutural I** coloca em destaque o que designou as **Missões Próprias da Antropologia**<sup>34</sup>. Nesse texto, intitulado **O lugar da antropologia nas ciências sociais e problemas colocados por seu ensino** (UNESCO-1954), Lévi-Strauss estabelece que a tarefa do antropólogo é “reconhecer e isolar *níveis de autenticidade*”.<sup>35</sup> Diante dessa missão categórica, definida há décadas, e cada vez mais conscientes de que é impossível viver em sociedade sem algum *regime de autenticidade*, se entende então que sempre haverá a necessidade do saber antropológico, já que esse é o limite do devir humano. O processo de dominação de uma lógica cultural sobre as expressões da chamada “cultura popular” implica uma série de reflexões sócio-antropológicas importantes. A cultura popular é plena de expressões autênticas, ou seja, possui “níveis de autenticidade”. Objeto próprio do antropólogo os

---

<sup>31</sup> Já que em nossa sociedade impera a ilusão fetichista: “Eis a mágica do liberalismo: o efeito final da busca egoísta do lucro seria presumidamente o benefício de todos”. (STERNICK, Paulo. Qual psicanálise para as crises financeiras? **Revista Inteligência**, 2010, p. 79).

<sup>32</sup> Uma das ‘rochas’ das civilizações humanas, como escreveu Eric Sabourin, no texto **Marcel Mauss**: da dádiva à questão da reciprocidade: “[...] considero uma contribuição primordial de Mauss não apenas a qualificação da dádiva como forma de relação social e de transação econômica, mas, sobretudo, a universalidade da tríplice obrigação ‘dar, receber e retribuir’ que permite hoje entender o princípio de reciprocidade como essa “rocha”, matriz das relações e das civilizações humanas”. (SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 23, n. 66, fevereiro/2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n66/08.pdf>

<sup>33</sup> Cf. MORIN, Edgar. Uma Cultura de Lazer. In: \_\_\_\_\_. **Cultura de Massas no Século XX**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 71-80.

<sup>34</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude. **Missões Próprias da Antropologia**: Objetividade, Totalidade, Significação e o Critério da Autenticidade. Rio de Janeiro: Editora dos Tribunais, 1975. p. 404-410.

<sup>35</sup> Ibid., p. 408-409.

“níveis de autenticidade” é o que o cientista social deve buscar na sua pesquisa de campo.

Porém, para tal, primeiro é preciso ter prudência para não estar reproduzindo ‘Livros de Registros’<sup>36</sup> – como índices da reflexividade<sup>37</sup> do ‘nosso olhar’ sobre as alteridades populares, tradicionais ou arcaicas. Ao pretendermos criar um Livro de Registro dos “Saberes” dito ‘populares’, é preciso ter o cuidado de respeitar verdadeiramente esses bens e valores culturais populares e os fazeres e saberes populares da cultura. Consideramos que a contribuição da Antropologia, das Ciências Sociais e dos chamados Estudos Culturais, são de muita valia nesse domínio da reflexão relativizadora. O método científico serve para tal empresa, isto é, descortinar o olhar, treinar o pesquisador para que ele coloque em questão a sua própria formação subjetiva e possa compreender, pela intersubjetividade o diálogo entre as culturas, e o sentido das dinâmicas culturais contemporâneas. A Antropologia (sócio-etnografia) é o exercício de uma abordagem intercultural. E como escreveu Maurice Merleau-Ponty:



A Etnologia não é uma especialidade definida por um objeto particular – etnia, sociedades primitivas, etc. – é a maneira de pensar que se impõe quando o objeto é ‘outro’ e que exige nossa própria transformação.<sup>38</sup>

Nesse sentido, perguntas importantes se somam às iniciais: de quem é o desejo de ‘registrar’ o chamado patrimônio cultural imaterial? O que é isso ‘registrar’? Qual o desejo que está subjacente a essa *práxis* do ‘registrar’? O estranhamento das práticas sociais e culturais não deve ser exercido apenas em relação aos ‘outros’ e, sim, para nossas próprias práticas. Muitas vezes, os supostos ‘outros’ são ‘outros fabricados/inventados’ e fetichizados, pelo que se convencionou chamar de ‘cultura pós-moderna’: cujo dilema fundamental toca a contradição entre produtos/mercadorias e sistemas/valores. Portanto, como esses ‘outros’ fabricados são simulacros de ‘diferenças’ fabricadas para o turismo voraz e para sustentar a moda do ‘elogio da diferença’ – como aponta Paul Ricoeur no texto **O Passado tinha um Futuro** (MORIN,

---

<sup>36</sup> DECRETO n. 3.551/2000 – Cria o Livro dos Registros do Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro.

<sup>37</sup> Cf. JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. 2005.

<sup>38</sup> MERLEAU-PONTY, Maurice. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 199.

2003) – é sintomático que não se tenha mais falado nas semelhanças – o que vale é o ‘diferencial’ no mercado<sup>39</sup>. O exemplo mais forte disso está nas modas contemporâneas expressas na museomania e na etnomania predominantes. É preciso muita atenção com o que está acontecendo nesses processos de ‘registro’ e ‘preservação’ da cultura popular na sociedade brasileira atual; ao difundirem-se novos interesses pela cultura popular, não parece que se está tendo o devido cuidado em respeitar as expressões diversas e plurais das temporalidades e espacialidades; das outras formações subjetivas, à margem da formação subjetiva dominante.

Essas performances culturais, cada vez mais apropriadas pelas dominantes culturais, têm outras coordenadas de tempo e espaço. Como exemplo, temos as noções bem diversas do sentido de tempo e espaço do ‘lazer’, que nos é significativo, e o da ‘brincadeira’, que é próprio da cultura popular. A importância extraordinária da ‘brincadeira’ como patrimônio cultural brasileiro, e universal, mereceria ser compreendida como expressão antropológica de alto valor cultural. Contudo, de modo açodado impõem-se uma racionalidade e uma lógica dominante sobre esses ‘patrimônios’, que teriam o direito de ser reconhecidos e respeitados pelas suas singularidades, pelas suas formações subjetivas singulares; em diálogo com a nossa. É preciso cuidado com essas formações culturais singulares; manifestações culturais que muitas vezes se misturaram e se hibridizaram, para sobreviver, mas que agora estão correndo o sério risco de ‘morte final’ e definitiva, ao ter que sucumbir a lógica dominante atual que vorazmente devora – exotizando tudo, como mercadoria para o turismo nacional, regional ou mundial: processo intensificado agora com a iminência de ocorrer os mega-eventos Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas em 2016.

Assim, é preciso nos distanciar e relativizar os fenômenos sociais e adotar uma perspectiva mais crítica, desapaixonada e relativizadora, isto é, fazer Antropologia: aderir menos e deixar de ser militante de causas salvadoras. Em relação ao que apontávamos ainda a pouco, sobre a morte que está expressa no decreto presidencial

---

<sup>39</sup> Uma pesquisa interessante seria a análise de slogans publicitários atuais, do tipo: “Pense diferente!”, “Igual a você: diferente”; etc.

citado, observa-se como não há aqui qualquer veleidade<sup>40</sup>: o prazo de validade é de apenas 10 (dez) anos! Num mundo de transformações alucinantes como o nosso, parece ironicamente ser esse o tempo suficiente para testemunharmos a agonia dessas manifestações. Nossa compreensão do processo é bem outra, ao contrário dessa posição, consideramos juntar esforços no sentido de enfrentarmos essa pulsão de morte que está sobre a cabeça dos agentes culturais. É preciso ‘promovermos’ essas manifestações, tendo o cuidado de respeitar suas singularidades, sem tentar impor uma lógica cultural; que não é própria desses grupos. Já não basta o álibi de ideologias de ‘inclusão social’, reconhecidamente ilusórias, oferecendo mais emprego, desenvolvimento e autossustentabilidade.

A população brasileira soube manter essas manifestações culturais por 300 anos, não seremos nós, que não fazemos ‘cultura’ e ‘arte popular’, que iremos ensinar a essas pessoas como preservar sua própria cultura. O que deve ser feito é a promoção de políticas sociais básicas para a população brasileira se ‘desenvolver’<sup>41</sup>. Para preservar a ‘cultura popular’ nos parece que basta promover as condições de vida e o desenvolvimento social da população. Ou será que pensamos que ao promovermos a melhoria de vida da população, ela deixará de produzir ‘cultura popular’, deixando de ser ‘povo’?<sup>42</sup>. A população sabe preservar sua herança cultural – nós é que não sabemos.

---

<sup>40</sup> DECRETO n.. 3551/2000. Institui o Registro de Bens Culturais e Natureza Imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial: “Art. 07 – O IPHAN fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos, e a encaminhará ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural pra decidir sobre a revalidação do título de “Patrimônio Cultural Brasileiro”. Parágrafo único. Negada a revalidação, será mantido apenas o registro, como referência cultural de seu tempo.

<sup>41</sup> Ainda é dominante a idéia de que se a população pobre melhorar de vida, deixará de produzir e fazer cultura popular. Cabe questionar essa noção de que ‘cultura popular’ é ‘cultura de pobre’. O importante é identificar quais valores e bens culturais produzidos pela população são considerados heranças culturais ‘preserváveis’.

<sup>42</sup> Cabe fazer menção a situação absurda, relatada por uma funcionária pública do sistema estadual de cultura, que testemunhou o caso chocante de se ver negado a implantação de melhorias e insumos – energia elétrica e saneamento básico – para uma comunidade pobre de Alcântara/MA, por que tal ação de melhoria, para os agentes do MinC, descaracterizaria a localidade como ‘patrimônio cultural tradicional’. É a consagração dos excessos de um tipo política contemporânea fundadora dos “Bolsões de Selvagens” do **Admirável Mundo Novo** de Aldous Huxley! Os chamados ‘territórios étnicos’ parecem cumprir com essa função; criar “reserva de selvagens”: “lugares em que, em razão de condições climáticas ou geológicas, ou da pobreza dos recursos naturais, não se julgou conveniente realizar as despesas para civilizar”. (HUXLEY, Aldous. **O admirável mundo novo**. Globo. Rio de

A população sabe preservar seus costumes e valores, nós não – pois, não os temos mais. Como disse recentemente o poeta Ferreira Gullar: “Quem faz arte é o povo”! A angústia da perda é nossa – somos nós é que não temos ‘cultura’, que somos consumidores passivos de produtos mercadológicos e fonográficos: nossa cultura é de ‘consumo’ e de ‘consumidores’.<sup>43</sup> A ênfase nesse ponto não é gratuita; é um ponto que nos distingue do folclorismo e do turismo cultural.

Em termos metodológicos e epistemológicos, devemos ter muita prudência com a nossa formação subjetiva – temos que colocar sob crivo científico as nossas opiniões, sentimentos e olhares naturalizados sobre a cultura popular e o folclore – como escreveu Bourdieu, temos que politizar os gostos:<sup>44</sup> gosto se discute, sim! É necessário levar à frente o trabalho científico, estranhar não só os ‘outros’ – o que é sempre muito mais fácil –, mas estranhar a nós mesmos, a nossa formação subjetiva; desnaturalizando-a, o que é sempre muito mais difícil de fazer. Só através de um procedimento reflexivo e científico têm-se condições de compreender as outras lógicas culturais e a nossa: e sabermos, enfim, a que senhores servimos: “todo conhecimento humano, para ser conhecimento, deve ser intersubjetivo”.<sup>45</sup>

Portanto, nosso trabalho de elaboração crítica e científica, foi um exercício misto de estranhamento e distanciamento, desnaturalização e historicização das alteridades e das subjetividades. Para ter acesso às alteridades e à diversidade cultural, foi preciso colocar em perspectiva relativizadora nossas próprias formações subjetivas constituintes como pesquisadores. Todo cuidado é pouco nesse espaço social, dominado pelas inautenticidades e simulações...

---

Janeiro, 1932.). Sobre esse aspecto da questão ver texto **Admirável Mundo Novo: Uma Perspectiva Histórica entre a Obra e a Sociedade Pós-Moderna**. (CAPERUTO Ada, et. al. **Admirável Mundo Novo: Uma Perspectiva Histórica entre a Obra e a Sociedade Pós-Moderna**. **Revista de Recensões de Comunicação e Cultura**. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/nunes-maira-admiravel-mundo-novo.pdf>. Acesso em 16/07/2007

<sup>43</sup> NOVA, Luiz Henrique Sá da. Da cultura como mercadoria, ao consumo como prática cultural. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**. FACOM/UFBA. vol. 1 (1), 2007.

<sup>44</sup> BOURDIEU, Pierre. Gosto de Classe e Estilo de Vida. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

<sup>45</sup> LUSSER, Vilem. **Ficções filosóficas**. São Paulo: EdUsp, 1998.

## PALAVRAS FINAIS

“Enquanto a cultura continuar a ser encarada como um conjunto de *bens*, e não como um conjunto lúdico, a nossa Revolução continuará ameaçada [...]”  
V. FLUSSER, 1998

Ao colocarmos essas questões não se está a dizer que se trata aqui de uma pesquisa acabada. Encontramo-nos em pleno processo de longa transformação, em tempos de acelerada mundialização e globalização. Entretanto, o que convém resguardar para o interesse científico, é o que os especialistas em Estudos Culturais têm designado, já a algum tempo, de ‘virada cultural do capital’. Essa virada do capital para o investimento na cultura vem desde as décadas de 1950 e 60, logo após a Segunda Guerra Mundial. Na atualidade o capital se alastra sobre novos domínios naturais e culturais<sup>46</sup>. Hoje, após a ‘virada na cultura’ já consagrada, se somam os investimentos na cibernética, no inconsciente (patrocinado pelo marketing e propaganda), nos patrimônios genéticos, nos conhecimentos tradicionais<sup>47</sup> e na biotecnologia<sup>48</sup>; não é

---

<sup>46</sup> Teria razão Jacques Lacan, para quem “o discurso capitalista é loucamente astucioso, funciona perfeitamente, não pode funcionar melhor. Mas justamente por funcionar depressa demais, se consome. Consome-se tão bem que se esgota?” LACAN, Jacques. “Conférence à l’université de Milan”, 12/05/1972, texto inédito, citado por Dani-Robert Dufour em “O homem neoliberal: da redução das cabeças à mudança dos corpos”. DUFOR, Dani Robert. O homem neoliberal: da redução das cabeças à mudança dos corpos, **Le Monde Diplomatique**, Brasil, 2005.

<sup>47</sup> Mais uma vez lembramos os paralelos com a reflexão de Manuela Carneiro da Cunha, exposta na Conferência de abertura da 27ª RBA, Belém 2010; referente aos estudos sobre os conhecimentos tradicionais entre comunidades da Amazônia legal.

<sup>48</sup> Cf. CORRÊA, Alexandre F. O labirinto dos significantes na cultura barroca. **Psicanálise & Barroco em Revista** v.7, n. 2, dez. 2009, p. 12-34.

Disponível em: <http://www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista/revistas/14/P&Brev14Correa.pdf>

Id. **Festim barroco**: ensaio de culturálise da festa de N. S. Prazeres nos Montes Guararapes/PE. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Cultural), 1993, EDUFMA, UFPE, São Luís/MA, EDUFMA, 2009. 136 p. Disponível em: <http://www.eufma.ufma.br/x/livros/9788578620462.pdf>

Id. **Patrimônios Bioculturais**: ensaios de antropologia do patrimônio cultural e da memória social. São Luís: EDUFMA/Núcleo de Humanidades, 2008.

Id. **Museu mefistofélico**. São Luís: EDUFMA, 2009.

Id. Teatro das memórias e das heranças bioculturais: ação cultural entre o passado e o futuro. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2009. Vol. 6, Ano VI, n. 4.

Disponível em: [http://www.revistafenix.pro.br/PDF21/ARTIGO\\_01\\_Alexandre\\_Fernandes\\_Correa.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF21/ARTIGO_01_Alexandre_Fernandes_Correa.pdf)

Id. Teatro das Memórias: entre o passado e o futuro. **Revista Pasos**. Universidad de La Laguna (Espanña). vol. 8 n. 2, 2010, p. 363-373.



preciso ir tão longe, nessa breve exposição; mas, é fato, a lógica econômica que se impõe é a mesma.

Para terminar, reafirmamos os argumentos e reforçamos o alerta no sentido de não perdermos o verdadeiro foco da questão da cidadania cultural e dos direitos culturais; tema em voga nos debates, mas que, infelizmente, continua dominado por essa ansiedade produtivista e instrumental. Para garantia de uma prática cultural de salvaguarda digna e responsável nos parece ser justo reivindicar um guia de orientação em procedimentos científicos e filosóficos claros e objetivos; não é possível aceitar improvisos ou imposições baseadas em consensos subordinados às lógicas econômicas reducionistas. Faz-se necessário colocar em questão estas práticas salvacionistas de circunstância e relativizar nossos pontos de vista. Isso só pode ser feito através de um trabalho antropológico contundente e cientificamente preparado.

É o momento então de retomar as palavras de Marcel Mauss, inspiradoras desse breve texto, retornando ao núcleo de nossa inquietação inicial.<sup>49</sup> Trata-se daquelas passagens do início do **Ensaio sobre a Dádiva**, em que aponta para a importância de seu achado antropológico:

Veremos a moral e a economia que regem essas transações. E, como constataremos que essa moral e essa economia funcionam ainda em nossas sociedades de forma constante e, por assim dizer, subjacente, como acreditamos ter aqui encontrado uma das rochas humanas sobre as quais são construídas as nossas sociedades, podemos deduzir disso algumas conclusões morais sobre alguns problemas colocados pela crise do nosso direito e da nossa economia [...]<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> Navegamos, mais uma vez, contra a onda dita ‘pós-modernista’ que vaticina: “as velhas regras de avaliação não mais se aplicam”. Ao contrário, consideramos ainda as reflexões morais de Marcel Mauss válidas e um verdadeiro antídoto contra o estado de espírito dominante na área das políticas culturais. Contudo, isso também é certo, aspectos metodológicos apontados por Marc Augé, na obra **Não-Lugares: uma introdução à antropologia da supermodernidade** (1994) – relativo às características atuais do processo de produção do espaço social – sejam absolutamente pertinentes, merecendo a atenção dos antropólogos e sociólogos da cultura urbana contemporânea.

<sup>50</sup> MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca na sociedade arcaica. In: \_\_\_\_\_. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naif, 2007, p. 42.

Consideramos que para enfrentarmos a atual crise nas políticas do patrimônio, é importante voltarmos nosso olhar para essas *rochas humanas* fundamentais, referidas por Mauss:

Felizmente, nem tudo ainda é classificado exclusivamente em termos de compra e de venda. As coisas possuem ainda um valor sentimental além de seu valor venal, se é que há valores que sejam apenas desse gênero. Não temos apenas uma moral de comerciantes.<sup>51</sup>

Esse é o patrimônio cultural [da humanidade] que é preciso salvaguardar, ao invés de tentar inculcar nas comunidades o ‘valor venal’. Fica claro que essas palavras se direcionam para uma reflexão aprofundada sobre a Política Cultural na atualidade, cujos temas da gestão do patrimônio e da memória estão vinculados. Talvez seja uma forma de evitar “a única tara que pode afligir um grupo humano”, segundo Lévi-Strauss, citado na epígrafe: “estar só”! Voltamos, então, mais uma vez às palavras fundadoras de Marcel Mauss, que no final do **Ensaio sobre a Dádiva**, escreveu:



Estudos desse gênero permitem, com efeito, entrever, medir e equilibrar os diversos móveis estéticos, morais, religiosos, os diversos fatores materiais e demográficos cujo conjunto fundamenta a sociedade e constitui a vida em comum e cuja direção consciente é a arte suprema, a *Política*, no sentido socrático da palavra.<sup>52</sup>

---

<sup>51</sup> MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca na sociedade arcaica. In: \_\_\_\_\_. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naif, 2007, p. 163.

<sup>52</sup> Ibid., p. 184.